



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 079

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 135ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE AGOSTO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Documento recebido da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Discussão havida por ocasião do 1º Congresso do PMDB, visando adotar-se diretrizes para uma política de educação no Brasil.

DEPUTADO SEBASTIÃO ATAÍDE — Importância da educação na formação de um povo.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

— De substituição de membro em comissão mista.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Aprovação, por decurso de prazo, dos Decretos-leis nºs 2.181 e 2.180/84.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 19/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.182, de 11 de dezembro de 1984, que altera a legislação do Imposto de Renda. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.183, de 19 de dezembro de 1984, que descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.184, de 20 de de-

zembro de 1984, que altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que modificou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 21/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.185, de 20 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Mensagem Presidencial nº 40/86-CN (nº 14/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.186, de 20 de dezembro de 1984, que institui o imposto sobre serviços de comunicações, e institui o imposto sobre serviços de comunicações e de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 135ª Sessão Conjunta, em 26 de agosto de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Nivaldo Machado

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — César Cals — José Lins — Martins Filho — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Alaor Coutinho — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Arnor Damiani — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Josué de Souza — PFL; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Eurico Ribeiro — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Juracy Palhano — PDC; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Cristina Tavares — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Oséas Cardoso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; João Alves — PFL; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Ruy Bacelar — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Carlos Peçanha — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PMDB; Jorge Cury — PMDB; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT.

Minas Gerais

Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho —

PFL; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Alcides Franciscato — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Salles Leite — PDS; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PDC; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Pedro Sampaio — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Erani Müller — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarlido Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — As listas de presença acusam o comparecimento de 25 Srs. Senadores e 125 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PDT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna, nesta noite, para homenagear a Associação Nacional dos Funcionários Públicos do Banco do Brasil.

Esta entidade foi assim constituída, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, exatamente tendo em vista fortalecer a estrutura dos funcionários do Banco do Brasil.

Todos nós sabemos que se urde e se prepara um trabalho, um movimento para fazer diminuir da estrutura do Banco do Brasil, a sua eficácia em vários setores de sua atividade econômica.

É um movimento urdido e, como de resto no País, está preparando um trabalho para reduzir a empresa pública, a estatal, as condições mínimas a que poderão chegar, para fazer prevalecer a privatização, a empresa privada.

Nesse setor empresarial, as multinacionais pretendem ocupar os espaços e, no terreno bancário, verifica-se um trabalho urdido, preparado, planejado para fazer, repetido, diminuir a eficácia da empresa pública. Ora, confrontar o Banco do Brasil de tradições históricas as mais notáveis; pôr em confronto o Banco do Brasil, a sua estrutura, os seus funcionários, tudo aquilo que cumpre ver num estabelecimento prestado para poder servir à Pátria; confrontar essa estrutura com uma entidade privada de estabelecimento financeiro, parece-me que não colhe a não ser um resultado que é verificar que está no Banco do Brasil a eficácia plena, em nome, exatamente, do povo brasileiro, e no que tange à empresa privada, a descharacterização total da medida, que nós preconizávamos na Nova República e desejávamos àquele tempo. E agora surge a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil justamente em virtude de tudo isso. Parabéns, portanto, a esses jovens idealistas, funcionários do Banco, que estão aí, clamando perante o Congresso Nacional, perante a Câmara dos Deputados, para que nós, realmente examinemos a questão e ponhamos cobro a que a avance a empresa privada em detrimento da empresa pública. Não é possível retirar-se do Banco do Brasil os seus insumos em prestação de serviços que servem a lavoura. Ainda hoje o Deputado Francisco Dias, ocupava a tribuna da Câmara para falar daquilo que se contém na área da produção agrícola, na infra-estrutura lá de São Paulo; para dar o exemplo de um paulista que falava, brilhante por sinal, e focalizava exatamente a difi-

culdade que têm os agricultores de bater à porta dos bancos privados. E aí está pretendendo o Governo reduzir a eficácia do Banco do Brasil. Pergunto, Sr. Presidente e ilustre Senador, tem cabimento? Responderá alguém que, na verdade, tem! Este é um entreguista, este é privatizante, este quer fazer o jogo dos bancos particulares e nós aqui estamos na trincheira para preservar a história do Banco do Brasil, a sua eficácia e o denodo com que trabalham os seus funcionários.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que mande inserir nos Anais, exatamente essa beleza de peça que é um enviado a todos os Deputados da Casa. Não que eu cumpra um dever, mas tenho o privilégio de mandar inserir agora este documento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FARABULINI JÚNIOR EM SEU DISCURSO.)

Exmo. Sr.
Deputado Farabulini Júnior
Câmara dos Deputados
Brasília — Distrito Federal

Sr. Parlamentar,

Historicamente vem o Banco do Brasil S.A. desempenhando importante papel na economia nacional, principalmente pelos métodos dignos e competentes que aplica, em áreas e regiões carentes da presença obrigatória do Estado em sua função indelegável de agente promotor do bem-estar social. A indústria, a agropecuária e o comércio exterior, bem como os diversos tipos de serviços a todos os segmentos da sociedade, vêm sendo adequadamente assistidos pelo banco, que tem, em seu funcionalismo, a força da competência e da honestidade de propósitos que erigiu sua tradição.

2. Nada obstante, como já é do conhecimento de V. Ex^a, o Banco do Brasil S.A. sofreu, ao longo do período de 1978 a 1984, um declínio acentuado em sua participação no volume de aplicações do Sistema Financeiro Nacional, o que inexoravelmente o conduziu a posição de recursos, tanto governamentais como privados, à atividade produtiva, diminuindo sua função institucional de moderador das taxas de juros.

3. De outra parte, insiste-se no esvaziamento da instituição, apregoando-se-lhe indevidamente gigantismo desproporcional, o que estaria impedindo os bancos privados de ocuparem o espaço que consideram legítimo na livre economia de mercado.

4. Nesse sentido, preocupa-nos agora a retórica insistente de criação de bancos de exportação, de assistência financeira a pequenas e microempresas e, finalmente, de um banco rural. Tal discurso tem sido, por si só, incoerente e contraditório, não só com a reconhecida competência com que o Banco do Brasil vem atuando nessas áreas, com o fato de que está sendo pressionado pelas autoridades financeiras a cortar em 30% seus custos operacionais, demitindo funcionários — que não são ociosos — e fechando agências sabidamente necessárias ao desenvolvimento nacional.

5. Por essas e outras razões, antes mesmo do advento do Programa de Estabilização Econômica, que comprimiu ainda mais o sistema financeiro, os servidores da ativa e aposentados, decidiram fundar a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil — ANABB, com a missão específica de defesa, de preservação de valores e de fortalecimento de nossa Casa, um dos maiores patrimônios nacionais, comprometido integralmente com o progresso econômico e o bem-estar social do País.

6. Somos hoje mais de 120 mil funcionários e formamos uma família de um milhão de brasileiros comprometidos com o nosso País fraternalmente ligados a cada um dos cidadãos brasileiros que desejam o engrandecimento e o fortalecimento do nosso Brasil. Haveremos de demonstrar nossa força em novembro próximo, quando estaremos, juntos, batalhando pela estruturação de uma bancada parlamentar representativa da importância e da seriedade do nosso Banco do Brasil.

7. Neste momento, é-nos sobrejamente significativo que a sua voz reflita os interesses de defesa, de preservação e de fortalecimento de nossa empresa, fazendo coro com todas as demais que pugnam por um Brasil

grandioso e justo, para o que nos prontificamos a fornecer os necessários subsídios e informações.

8. Por isso, juntando documentos-elucidativos dos objetivos da ANABB, convidamos V. Ex^a a vir somar esforços conosco, cientes de que, sem o apoio decisivo de políticos de comprovado comprometimento com as causas públicas e com trânsito nos superiores escalões da Administração Federal, como é o seu caso, nossa missão pouco ultrapassará a fase da ideologia.

9. Na expectativa de merecermos a honrosa atenção de V. Ex^a, apresentamos-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Saudações, José Flávio Ventrice Bercott — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FARNICISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A minha palavra é rápida. Gostaria de consignar nesta Casa a minha alegria e satisfação de participar, com a plêiade de educadores deste País, de uma ampla discussão sobre diretrizes para uma política de educação, proposta por um grupo de entendidos em educação neste País, ao nosso primeiro Congresso que o PMDB realiza no auditório Petrônio Portella, a partir de hoje. Alegro-me muito com este fato, porque vivendo a educação mais de vinte anos, já assisti a muitos congressos sobre esse assunto, muitos seminários, muita fala, muita conversa sobre a educação, mas não tenho visto uma, objetiva, enfática, uma substantiva educação sendo aplicada no Território brasileiro. E eu que vivo em São Paulo e que ando por vários bairros e tenho assistido o descalabro — notem bem: em São Paulo, o Estado mais rico da Federação, cujo Produto Interno Bruto é maior do que o da Argentina — de escolas mantidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com cinco períodos diários. Que educação é essa? O que se pode ensinar em uma escola com cinco períodos? Cinco períodos, considerando os horários de recreio, de lanche, de todas as atividades escolares. Há escolas no Estado de São Paulo e na periferia da Capital, funcionando com turnos de duas horas e meia por dia, o que dá um saldo de 20 minutos de aula, descontados todos os demais períodos; isso é uma vergonha!

Mas, quando um grupo de professores — e no Brasil é costume dizer-se que o Magistério é um sacerdócio, mas o sacerdócio, também, já está um pouco aborrecido, desanimado, porque não há uma ação de Governo, mais séria, no sentido da educação efetiva e objetiva.

Deixo, portanto, essa minha palavra de estímulo a este grupo de companheiros com os quais nós estivemos, juntamente com o Senador João Calmon, debatendo este assunto até o momento e talvez até algumas horas da noite, na esperança de que ao falar, ao escrever, ao repetir várias vezes, quem sabe um dia esta Nação terá vergonha e aplicará realmente uma educação objetiva, prioritária, para que nós tenhamos a solução de vez para os problemas deste País.

Eu dizia, há poucos dias, em São Paulo numa reunião com S. Ex^a, o Ministro da Educação e Cultura deste País, numa brincadeira que vou repetir. Há três fatores importantes para o bem deste País: a primeira delas, a educação, a segunda a educação e a terceira também educação! Sem isso não é possível fazer um País grande!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Ataíde.

O SR. SEBASTIÃO ATAÍDE (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este País, que não é de hoje, mas já de bastante tempo, tem pecado por não ter dado a atenção devida, principalmente, à área de educação, porque é na educação que o País forma as suas bases. E temos a esperança de que tudo isso irá mudar, de que tudo isso sofrerá uma transformação muito grande e muito breve, se Deus permitir e

a consciência dos brasileiros atender para esse fato.

O Governo do Rio de Janeiro, olhando por esse prisma da deficiência da educação no nosso País, vem procurando dar uma amplitude maior, criando os Centros Integrados Educacionais — CIEPs — onde o aluno não receberá 20 minutos de aula, mas terá um dia todo, porque cada CIEP comporta mil alunos, em regime de semi-internato, onde estuda, toma café, almoça e janta, porque só assim as populações pobres terão condições de educar os seus filhos.

Temos um candidato à sucessão do Governador Leonel Brizola, o Prof. Darci Ribeiro, que dará — tenho certeza — continuidade ao programa educacional como prioridade do Estado. E, em 1988, vamos eleger Leonel Brizola, Presidente da República, para transformar de uma vez por todas este País, dando prioridade à educação, para que saíamos desse analfabetismo que tanto mal nos tem feito; inclusive na hora de se fazer uma eleição isso também tem nos sido prejudicial, porque o povo que não é culto, não é livre, pode muito bem ser enganado. É por isso que nós, do PDT, não só no Rio de Janeiro, mas de uma forma nacional, damos total, integral apoio à educação, como uma forma de libertar da miséria em que vive o povo brasileiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Esgota a lista de oradores.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. 28/86 Brasília, 26 de agosto de 1986

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Senador Arno Damiani para substituir o Senhor Senador Lenor Vargas, recentemente falecido, na Comissão Mista do Congresso Nacional que deverá emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária, referente ao exercício financeiro de 1987.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador Murilo Badaró, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.181 e 2.180, de 1984 sem ter havido deliberação, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 8 e 18, 1986-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre as matérias o Congresso haja se manifestado, os textos dos Decretos-leis são considerados aprovados (Const. art. 55 § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*), ficando, em consequência, prejudicados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 8 e 18, de 1986-CN.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 19 e 20, de 1986-CN (10ª sessão); 22, de 1986-CN (9ª sessão); 21, de 1986-CN, e da Mensagem Presidencial nº 40, de 1986-CN (4ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para votação. Em consequência, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 19, 20, 21 e 22, de 1986-CN, e a Mensagem Presidencial nº 40, de 1986-CN, deixam de ser apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO

LEGISLATIVA Nº 88

Está circulando o nº 88 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 400 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- **Constituição e Instituições** — José Arthur Rios
- **As bases constitucionais do Direito Penal Democrático** — René Ariel Dotti
- **Os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito brasileiro** — Almir de Oliveira
- **Teoria do Direito e crítica histórica** — Nelson Saldanha
- **Ideologismo e ciência política** — J. Cretella Júnior
- **O poder regional. Autonomia municipal e constituinte** — José Nilo de Castro
- **O contencioso administrativo e a nova meta da especialização da Justiça — uma proposta de reforma do Poder Judiciário** — Dilvanir José da Costa
- **O sistema internacional de patentes e a nova ordem econômica internacional — considerações breves** — Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- **Aquisição da propriedade pelo usucapião** — Sílvio Meira
- **A reforma agrária, o Executivo e o Congresso Nacional** — Paulo de Figueiredo
- **A consolidação da burguesia rural no Distrito Federal: aspectos ideológicos** — Vilma Figueiredo, Brancolina Ferreira e Caetano Ernesto Pereira de Araújo
- **Subsídios a uma metodologia para assentamento de agricultores** — Marcus Venício Alves da Cunha
- **A lei antitruste brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE: alguns aspectos** — José Inácio Gonzaga Franceschini
- **A nova lei das concordatas** — Márcio Antônio Inacarató
- **De nuevo sobre la prisión provisional en España** — Antônio M^º Lorca Navarrete-
- **A prevenção da reincidência** — Armida Bergamini Miotto
- **Medida cautelar de separação de corpos** — Domingos Sávio Brandão Lima
- **A edição no Brasil** — Fábio Maria de Mattia
- **O aprimoramento da proteção aos direitos de autor na reprografia e a necessidade de retorno do domínio público remunerado** — Carlos Alberto Bittar

À venda na
Subsecretaria de Edições
Técnicas
Senado Federal

PREÇO:

Cz\$

36,00

Anexo I
22º andar

Assinatura para
1986 (nºs 89 a 92):
Cz\$ 160,00

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984

500 páginas

Preço:

Cz\$ 30,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17